

O mito do(s) Pan-africanismo(s)

O riginário da América, o *Pan-Africanismo* constituiu-se inicialmente como simples manifestação de solidariedade fraterna entre todos os africanos, entendidos de modo lato como os africanos e as gentes de ascendência africana naturais das Antilhas britânicas e dos EUA excluindo os europeus nascidos em África e que, a prazo, a partir da década de 50, transformar-se-ia (1955) em instrumento para a tentativa de edificação, sob a égide de Kwame Nkrumah, dos “Estados Unidos da África”. Contudo uma análise mais rigorosa permite identificar três correntes distintas neste movimento, bem como três etapas no seu processo evolutivo.

Pan-africanismo e orgulho rácico

Uma primeira corrente, a do orgulho rácico, ao qual corresponde igualmente a primeira etapa do movimento, traduziu-se na tentativa de líderes e escritores africanos naturais das Antilhas e dos Estados Unidos de erguer moralmente os negros da diáspora e de África, destacando-se nela dois grandes líderes: um negro da Jamaica,

AS IDEOLOGIAS “PAN...”

O pan-africanismo está longe de ser a única forma de representação simbólica de um totalidade, assente ora na etnia, ora na raça, ora na religião... Ao longo da história destes últimos séculos, diversas outras ideologias se manifestaram, reivindicando o reconhecimento de um “todo” que, para ser forte, se afirma unido.

A mais antiga será porventura o pan-americanismo, com raízes na ambição de Simón Bolívar de unir os Estados americanos saídos da colonização espanhola. Esse bloco continental nunca chegou a existir, mas algumas experiências regionais ensaiaram formas de unidade (por exemplo, em 1819 constituiu-se a Grã-Colômbia, que só duraria até 1830, desagregando-se na Venezuela, Colômbia e Equador). O pan-americanismo teve também uma expressão vinda do Norte, celebrizada na frase do presidente Monroe em 1823: “A América para os americanos”, significando a rejeição da interferência das potências europeias nos assuntos do Novo Mundo.

O séc. XIX assistiu à emergência de fenómenos análogos. O pan-germanismo procurava a união de todos os alemães espalhados pelos diversos

países da Europa central e oriental, enquanto o pan-eslavismo preconizava uma espécie de busca de nacionalidade única para todos os povos eslavos (com um sentido por vezes de pendor anti-ocidental ou anti-germânico). E, à sua maneira, o sionismo judaico coloca-se na mesma tradição de unir o que está disperso.

Já no séc. XX ocorreram diversas formas de pan-arabismo ou de pan-islamismo. Se a queda do Império Otomano após 1914-18 despertou as ambições árabes de unificação dos territórios desse império, foi mais tarde o nasserismo do Egipto o grande motor do pan-arabismo moderno, aliás seguido pelo Partido Baas da Síria e do Iraque, daí resultando algumas tentativas de unificação de Estados como embrião para construir a unidade árabe (tentativas sempre efémeras, com as de união entre o Iraque e a Jordânia em 1958, ou entre o Egipto e a Síria – a República Árabe Unida, que chegou a durar três anos, entre 1958 e 1961 – e as uniões mais teóricas que práticas entre a Líbia, o Egipto e a Síria). Por seu lado, o pan-islamismo visava ideais românticos de união de todo o mundo islâmico, encontrando algum eco na revolução iraniana de Khomeini.

Marcus Mosiah Garvey (Saint Ann’s Bay, 17 de Agosto de 1887 – Londres, 10 de Junho de 1940) que fundou em 1920 a UNIA – Associação Universal para o Progresso dos Negros, e que pretendia aglutinar todos os negros em uma só nação e advogando a “redenção” pelo regresso a África com o movimento norte-americano “back to Africa”, contrapondo ao poder branco um poder negro. Inclusivamente chegou a for-

mar um governo provisório de África e um exército constituído pela Legião Universal Africana, as Enfermeiras da Cruz Negra Universal, o Corpo Motorizado Pan-Africano, o Corpo Juvenil e o Corpo Volante da África Negra. O movimento de M. A. Garvey defendeu, sem sucesso, a ideia de fazer “retornar” a África, concretamente para a Libéria, trinta mil famílias negras. Contudo, a falência financeira do movimento e a

sua prisão por fraude nos EUA estiolaram o projecto, bem como o movimento. No entanto, as ideias de Garvey – que viria a falecer em 1940 em Londres – persistiram e colheram a simpatia dos negros norte-americanos e de alguns dos líderes africanos como Kwame Nkrumah do Gana, que lhe expressou publicamente gratidão pelo papel desempenhado e pela manutenção daquele ideal original.

OS ESTADOS UNIDOS DE ÁFRICA

Em 1 de Fevereiro de 2009 a comunicação social noticiava as declarações do Presidente tanzaniano Jakaya Kikwete, anunciando que a Cimeira da União Africana que acabava de se realizar em Adis Abeba tinha decidido a criação dos “Estados Unidos de África”, dotando o Continente de um governo próprio (similar ao da União Europeia), com autoridade e meios orçamentais para exercer a sua função. É fácil chegarem até nós posições de dirigentes africanos a proclamarem a necessidade de integração política do Continente. Já o célebre Plano de Lagos de Abril de 1980 – que significou um marco simbólico para a estratégia do desenvolvimento africano – defendia uma comunidade económica continental a caminho da união política. No princípio da década seguinte, em Abuja, na Nigéria, foi perspectivada a criação, até ao final do século, da CEPA – Comunidade Económica Pan-Africana – que nunca foi realidade consistente mas que abriu caminho para o reforço das organizações regionais. A união política subsistia como sonho, que mais tarde se adivinhava em surdina no processo de transformação da OUA em UA, porventura por influência do Coronel Khadafi, conhecido apóstolo da unidade, seja árabe, seja africana. Hoje em dia a argumentação aparece até reforçada quanto à necessidade de integração, uma integração tanto mais urgente quanto o fenómeno da globalização obriga a África a unir-se para participar activamente na gestão dos assuntos mundiais.

Dir-se-ia que o ideal pan-africano mantém actualidade. Pura retórica? Afirmações de nostálgicos radicais? Sintoma da fraqueza de um conti-

nente em busca de novas energias? A verdade é que persiste o mito do *pan-africanismo*, ora mobilizador de iniciativas políticas, ora encarado com desdém pelos cépticos.

Como é sabido, esse mito pan-africano tem mais de um século de história. As suas origens, curiosamente, vêm do outro lado do Atlântico e parecem seguir uma rota inversa à da escravatura africana: são afro-americanos e caribenhos os primeiros a formular o ideal pan-africano, é dessa diáspora africana que vem o sonho da unidade do continente. Mais: da unidade de todos os negros. Com efeito, os primeiros antecedentes de *pan-africanismo* têm uma marca acentuadamente racista e preconizam o retorno de todos os negros ao seu continente de origem, refazendo em sentido contrário o caminho dos escravos, sendo a Libéria o primeiro embrião desse retorno destinado a alastrar de modo a conter a “civilização negra”. Esses antecedentes observam-se em Alexander Crummel (1819-1898), afro-americano e pastor protestante formado em Cambridge, que formulou antes de qualquer outro estas teorias, seguido pelo antilhano E. W. Blyden (1832-1912), ambos liberianos de adopção (deve recordar-se que a Libéria é independente desde 1847 e que se constituiu pelo retorno a África de escravos negro-americanos libertos). Cf. ALMEIDA, Érica Reis de, - “O *pan-africanismo* e a formação da OUA”. In *Revista geo-paisagem*, ano 6, n.º 12. 2007.

Disponível em <http://www.feth.ggf.br/África.htm>, (consultado em 22/12/2009).

Garvey versus Du Bois

O outro líder desta corrente de pan-africanismo rácico e que chegou a ser designado de “sionismo negro”, por via da identificação deste ideal com o do povo judeu de retorno à Palestina, seria o escritor e historiador afro-americano natural do Massachusetts, William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963), o qual rejeitou a ênfase dada por Garvey à raça negra como factor evidenciador de uma consciência comum, insistindo, e por via deste facto, acompanhando as questões fracturantes da agenda política interna dos EUA no que concerne aos direitos civis, na ideia da igualdade de direitos para os povos de ascendência africana espalhados pelo mundo, incluindo obviamente os negros africanos. Neste sentido Du Bois integra aquela que podemos designar como a segunda corrente do *Pan-Africanismo*, a corrente política, e em conjunto com o político senegalês Blaise

Diagne seria o responsável pela convocação da I.ª Conferência Pan-Africana em Paris, em 1918, com o objectivo imediato de impedir a distribuição das antigas colónias alemãs entre as potências aliadas que saíram vitoriosas do conflito. Nos quinze anos seguintes Du Bois continuou a promover conferências similares, em Londres, Lisboa – conferência do movimento pan-africano da liberdade para a África Oriental, Central e Meridional – e Nova Iorque, nas quais negros da América e das Antilhas tiveram um papel preponderante (Santos, 1969:61-69).

Segunda etapa e Pan-africanismo político

A segunda etapa do *Pan-Africanismo* ficou marcada pelo movimento pela independência nacional dos territórios coloniais como antecâmara de processos de unificação política de vários Estados. É fortemente influenciada pela segunda corrente, a do *Pan-Africanismo político*, tendo como principais representantes H. Sylvester-Williams, G. Padmore e W. E. B. Du Bois, este último a fazer a transição de um “sionismo negro” para um *pan-africanismo político*. Importa realçar que em 1945 tinha lugar em Manchester, Reino Unido, a 5.ª Conferência Pan-Africana, a primeira em que os delegados africanos suplantaram em número os delegados negros norte-americanos e a discussão centrou-se no desenvolvimento de planos práticos e exequíveis de obtenção da autonomia política através do recurso a movimentos de resistência pacífica e pela organização de partidos políticos de massas. Nesta conferência desempenharam papel de relevo Kwame Nkrumah (1909-1972) da Costa do Ouro, ulteriormente Gana, os representantes da corrente do *Pan-Africanismo político*, com destaque para o jornalista de Trinidad George Padmore (1903-1959), que mais tarde seria o conselheiro de Nkrumah para os assuntos africanos, Peter Milliard, da Guiana Inglesa, o escritor negro sul-africano Peter Abrahams e W. E. B. Du Bois, que acabaria mais tarde por fixar residência e naturalizar-se ganês, e falecer em Acra em 27 de Agosto de 1963 (Santos, 1969). Para além das influências

REDESENHAR AS FRONTEIRAS AFRICANAS?

O reagrupamento de países como modo de evitar a balcanização de África e como tentativa de superar o artificialismo das fronteiras herdadas da colonização tem persistido na imaginação de alguns, à margem de qualquer solução realista. A título de curiosidade, pode referir-se o mapa de África redesenhado pelo jurista queniano Makau wa Mutua, publicado no *Boston Globe* de 22 de Setembro de 1994 e transcrito por Denis-Clair Lambert em “Les catastrophes africaines”. Cf. *Mondesfrancophones.com* (*revue mondiale des francophonies*).



Kusini = expressão suaili que significa o Sul.

Fonte: LAMBERT, Denis-Clair (2009) - “Les catastrophes africaines”. In *Mondesfrancophones.com* (*revue mondiale des francophonies*). Disponível em <http://mondesfrancophones.com/espaces/afriques/les-catastrophes-africaines>

do “sionismo negro” e do *Pan-Africanismo intelectual* (... a 3.ª corrente, que será analisada em texto distinto), assimilando destas correntes todos os argumentos que potenciassem a sua força e êxito, o apelo sentimental da primeira; e o optimismo e esperança da terceira, o *Pan-Africanismo político* representa já uma reivindicação concreta de promoção social e política que viria a adquirir diferentes matizes na América e em África, ganhando no segundo continente um carácter étnico exclusivista – “África para os africanos” – que excluía as restantes comunidades dela naturais e que anuncia, por esta via, a doutrina anticolonialista que emergiria na Conferência de Bandung e culminaria nos diferentes processos de descolonização maioritariamente assentes na radicalização do argumento

étnico, quando mesmo, nalguns casos, na recusa do multirracismo. Tendo êxito na recusa da tradicional imagem unitária do continente construída em torno de um conceito de inferioridade africana e servindo-lhe de contraponto nacionalista unificador continental, por défice de nacionalismo estadual que, na verdade constituía o seu elo fraco (Lopes, 2010), serviu também como fonte de afirmação dos novos Estados que – equívoco original – proclamaram *ab initio* a inviolabilidade das suas fronteiras herdadas do colonialismo.

Terceira etapa: o mito da unificação continental

Alcançadas maioritariamente as independências, o *Pan-Africanismo* evoluiu, a

partir de 1957, na sequência da independência do Gana, para uma nova etapa – a terceira – caracterizada pela procura e construção de pontes de associação ou mesmo unificação que só a constituição de Estados sem nações parecia, aparentemente, possibilitar, dando assim corpo a tentativas hegemónicas de alguns líderes africanos como Nkrumah, de construção de um super-Estado africano que pudesse afirmar-se como potência continental e interlocutor mundial. Por essa altura o termo *Pan-Africanismo* evoluiu para um conceito mais territorial, continental e lato, abrangendo árabes, berberes e povos do Norte de África, mas passou objectivamente também a excluir os negros do Novo Mundo, excepto quanto à manutenção de laços meramente fraternais. Três eixos fundamentais passaram naquela data a caracterizar a agenda do *Pan-Africanismo*: a libertação completa do continente do domínio colonial e europeu onde o mesmo persistisse; a construção de uma política africana comum nas relações com as potências mundiais e restantes Estados; a promoção da unidade intracontinental. Esta agenda foi objecto de discussão no decurso das conferências patrocinadas pelos Estados africanos recém-independentes, realizadas em Acra, no Gana, em Abril de 1958; em Adis Abeba, na Etiópia, em Junho de 1960; e por delegados dos movimentos independentistas e de libertação (em Acra, em Dezembro de 1958; em Tunes, em Janeiro de 1960 e no Cairo, em Março de 1961) que constituíram a Conferência dos Povos Africanos (AAPC). ■

* com Luís Moita

Referências

- LOPES, C. (2010) – “Políticas e novos cânones do pensamento africano”. In *Janus* 2010.
- MATTOSO, J. (1986) – *A Formação da Nacionalidade*. Lisboa: INCM, p. 7
- MIRANDA, J. (1983) – “Nação”. In *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 13, col. 1641-1642.
- SANTOS, Eduardo dos (1969) – “As conferências do movimento pan-africano da liberdade para a África Oriental, Central e Meridional (P.A.F.E.C.S.A.)”. In *Ultramar*. Ano IX, n.º 35/36 (1.º e 2.º semestres de 1969), p. 61-91.
- TELES, I. Galvão (1971) – “Conceito de Nação: a Nação Portuguesa”. In *O Direito*, p. 83 e ss.; CAETANO, M. (1967) – *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, p. 467 e ss.